

Título: Os planos de Paulo Freire

Data: abril de 1980

# Jornal da Educação

---

Publicação do Centro de Estudos Educação e Sociedades (CEDES)  
Campinas — abril de 1980 — Ano I — n.º Zero — Cr\$ 20

---

## Os planos de Paulo

### Freire

páginas 3, 4 e 5

---

### A questão do ensino pago

página 11

---

### A Conferência de Educação

página 7

---

### Movimento dos secundaristas

página 15



## EDITORIAL

O Jornal da Educação nasce em março de 1980 com o propósito principal de servir como veículo para o debate das questões educacionais brasileiras. Destina-se em especial aos professores, pretendendo oferecer-lhes apoio didático-pedagógico.

O Jornal da Educação é uma realização do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), que também edita a revista "Educação & Sociedade". Esta sai a cada quatro meses. A circulação mensal do Jornal visa a preencher esse espaço com a discussão de questões mais atuais, de uma forma desvinculada de estrutura acadêmica da Revista. Além disto, o Jornal da Educação apresenta-se como um fórum mensal de debates, reservando aos educadores espaço para que expressem suas idéias, manifestações, expectativas e propostas.

Em termos de conteúdo, o Jornal trará artigos, entrevistas, serviços — cursos, concursos, teses, livros, atividades e informação sobre os movimentos da área, especialmente aqueles das associações de docentes e entidades de trabalhadores na educação.

Do mesmo modo que temos procedido em relação a "Educação & Sociedade", aceitaremos colaborações. Aliás, o lançamento desta publicação mensal visa também a atender ao grande número de colaborações que temos recebido sem poder publicá-las. Daí o lançamento, também, dos "Cadernos do CEDES", que brevemente estarão circulando.

### Expediente

O Jornal da Educação é uma publicação mensal do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) — Av. Dr. Romeu Tórtima, 624 CP6022 — AP Unicamp — Telefone (0192) 39-1598 — CEP 13100 — Campinas-SP — Brasil. Editores: Olavo Avalone Filho, Moacir Gadotti e Marcus Vinicius Ozores. Secretária: Sandra Lavoura. Revisão: Clara Gadotti e Lillian Lopes Martin da Silva. Colaboradores: Adalberto Paranhos, Angel Pino, Cristina Luiza Borchert, Elizabeth Silveiras Pompêo de Camargo, Ezequiel Theodoro da Silva, Ivany Rodrigues Pino, Lídia Maria Rodrigo, Maria Inês Nassif, Mauricio Tragtenberg.

Composto e impresso nas oficinas do "Diário do Povo", rua César Bierrembach, 65, Campinas. Tiragem: 10 mil exemplares.

## CEDES — Centro de Estudos Educação e Sociedade

O Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) surgiu como resultado da atuação de alguns educadores preocupados com a reflexão e a ação ligadas às relações da educação com a sociedade. Nasceu daí a idéia de criação de uma Revista e a organização anual de um Seminário de Educação Brasileira. Tendo aumentado rapidamente o número de pessoas e instituições que aderiram ao compromisso desse grupo de educadores de reanimar a audiência, o debate e a crítica em torno dos problemas educacionais brasileiros, tornou-se necessária a criação de um órgão que levasse a frente esse compromisso através de estudos, pesquisas, seminários e outras atividades relacionadas com essa finalidade.

### Objetivos

Dentro dessa finalidade geral, o CEDES propõe a:

- \* Realizar estudos e pesquisas sobre problemas relevantes dentro do quadro geral da educação brasileira;

- \* Organizar seminários, colóquios, simpósios, ciclos de estudos, cursos e conferências;

- \* Manter contato permanente com instituições de estudo e pesquisa em ciências da educação, nacionais e estrangeiras, de maneira a assegurar intercâmbio e cooperação de pesquisadores, troca de informações e estabelecimento de convênios;

- \* Promover publicações que assegurem a difusão da produção intelectual de seus associados.

tual de seus associados.

### Atividades

- \* O CEDES edita a revista EDUCAÇÃO & SOCIEDADE na qual reúne trabalhos de associados e colaboradores, tendo como foco a perspectiva da teoria e da prática no âmbito do conhecimento sócio-educativo.

- \* O CEDES realiza anualmente, com a colaboração de outras instituições, o SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA, promovendo um amplo debate dos problemas educacionais brasileiros. Em 1980 realiza a I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO.

- \* O CEDES edita ainda «Cadernos do CEDES», publicação periódica centrada num único tema e o «Jornal da Educação».

### Como associar-se ao CEDES

- \* Para associar-se ao CEDES basta preencher o formulário de inscrição, ser apresentado por dois sócios e pagar a anuidade no valor de Cr\$ 900,00 (novecentos cruzeiros). O pagamento da inscrição deve ser feito em cheque nominal ao CEDES. A anuidade do sócio do CEDES inclui a assinatura da revista EDUCAÇÃO & SOCIEDADE e o direito de participação nas suas atividades.

- \* O CEDES congrega educadores e não educadores, desde que interessados na finalidade para a qual foi criado e aderirem ao compromisso de fazer avançar o conhecimento e a prática da educação no Brasil.

# Paulo Freire volta a trabalhar no Brasil em agosto

O educador Paulo Freire deverá vir em definitivo para o Brasil no próximo dia 2 de julho. Aqui ele desenvolverá trabalhos voltados à educação popular: na Unicamp, na PUC de São Paulo e junto aos grupos da Igreja que atuam na periferia paulistana. Paulo Freire esteve dia 24 passado, no Centro de Estudos, Educação e Sociedade da Faculdade de Educação da Unicamp, quando trocou ideias com educadores sobre os planos de trabalho aqui no Brasil. (Ver noticiário em outro local desta edição).

O educador brasileiro se desfilará do Conselho Mundial de Igrejas, com sede em Genebra, em junho próximo, mas continuará ligado ao IDAC — Instituto D'Action Culturelle, órgão que ele próprio criou em Genebra, capital suíça, para desenvolver trabalhos de assessoria em programas de educação de vários países no mundo todo. Já, segundo informou o próprio Paulo Freire, o IDAC será transferido para o Brasil, com sede no Rio de Janeiro.

Segue uma entrevista dele ao *Journal da Educação* concedida a Cláudio Avalone Filho, Maria José Nogueira e Cristina Luiza Mariche.

**E — Após Campinas, qual é o destino e quando se dará o retorno ao Brasil? O que o fará nesta viagem e depois voltar, agora em definitivo?**  
**PAULO FREIRE —** Vou daqui para a Guiné-Bissau, onde já há quatro ou cinco anos eu venho trabalhando assessoria ao governo de lá, particularmente ao Ministério de educação, ao lado dos ministérios de Cabo Verde, de Tomé e Príncipe e também de Angola. Essa assessoria eu vou dando em nome de dois outros: de um lado, como trabalhador do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas, onde estarei até o dia 1 de junho, e, do outro, como



**“O retorno definitivo  
deve ser a 2 de julho”**

membro da equipe do Instituto de Ação Cultural, que eu criei com jovens brasileiros e europeus em Genebra há oito anos atrás. E agora estou indo lá para uma visita última, porque nossa assessoria na Guiné termina agora, e nós continuare-

mos com Cabo Verde e São Tomé. Estou indo com a Elza, minha mulher, que trabalha comigo e da Guiné eu parto para Genebra, onde vou tratar do retorno definitivo ao Brasil, que deve se dar no dia 2 de julho deste ano.

**JE — Aqui no Brasil, que atividades o sr. desenvolverá?**

**PAULO FREIRE —** Aqui eu trabalharei em São Paulo, radicado em São Paulo, na PUC e na Unicamp. Trabalharei ao nível da pós-graduação, sem que isto signifique um corte radical quanto à graduação. Mas a minha preocupação fundamental, enquanto educador trabalhando

lhando com as equipes que atuam nas unidades de base. No meu caso particular vai nos dar uma possibilidade muito grande de reflexão sobre algo muito real, muito concreto. Porque com este tipo de trabalho eu estou tendo também contato com diferentes instituições com cujas equipes eu começo já a estabelecer um bom

se clareará na medida em que eu chegue e comece a trabalhar. Será exatamente a prática que me vai delimitar inclusive os campos meus, será a minha prática que vai me dizer: aqui tu estavas pensando sonhadamente, não podes, aqui tu podes, etc. E por esta prática, que começará mais concretamente em agosto próximo, eu estou ansioso hoje.

**JE — O Brasil encontra-se em fase de reorganização partidária e o sr., como educador talvez não se filie a determinado partido, mas certamente sendo um educador, tem opinião formada. Gostariamos de saber se o sr. nutre simpatia por algum partido e qual é ele?**

**PAULO FREIRE —** E, eu gostei dessa pergunta. Porque, como educador eu não posso deixar de ser político. Agora, há uma diferença: há políticos que são educadores porque são políticos e eu, como educador sou político porque sou educador. Há uma diferença sutil, mas que não me permite de maneira nenhuma ter a pretensão, que eu jamais tive, de ser neutro porque sou educador. Não há educador neutro. Mas tem um dado que eu quero te contar: eu quero me manter, tanto quanto possível, equidistante mas não ausente, de uma atuação partidária. Mas em Genebra, há um mês ou dois atrás, eu passei um telegrama — inclusive foi a primeira vez em minha vida particular que eu tomei uma decisão como essa, que me explicitiei em torno de um partido — passei um telegrama ao PT dando minha solidariedade ao seu sonho e autorizando a usar o meu nome. Foi a primeira vez na história minha. E se você agora me pergunta: e por quê? Pois eu acho que o PT — sem entrar em consideração em torno de

## *“Há um horizonte amplo de trabalho disponível, sério”*



em universidade como a Unicamp e a PUC, enquanto com textos teóricos, é não cortar as minhas relações com os contextos concretos sobre os quais eu devo refletir no contexto teórico. Sem dicotomizar esses contextos, mas, pelo contrário, tomando-os sempre dinamicamente. Por outro lado, tudo indica que nós vamos trabalhar também com a equipe do IDAC, cuja inserção no Brasil nós estamos estudando. Nós vamos também trabalhar um pouco num tipo de assessoria às equipes de Dom Paulo Evaristo. Não nós diretamente na periferia de São Paulo, mas traba-

tipo de relação, como por exemplo as equipes do CEDEC e do CEDES, com as quais nós vamos trabalhar muito juntos. O CEDEC ofereceu-me até uma sala para ficar lá, com minha mulher, dentro dum horário, enquanto não estiver aqui ou na PUC. Quer dizer, há um horizonte muito amplo e vasto de trabalho disponível, sério, que

nenhum dos partidos que se organizam por aí — eu acho que o PT, para mim pelo menos, encarna assim uma espécie de sonho, possível, com o qual eu gosto de estar. O PT me anuncia, por exemplo, uma ação e uma reflexão política partindo de baixo para cima, com um corte de baixo para cima, que é o que eu defendo enquanto

## *“Há uma certa coincidência entre o sonho que o PT anuncia e os meus sonhos”*

educador político. E, para terminar, eu te diria: eu acho uma certa coincidência — talvez seja uma pretensão de minha parte; eu não gosto de ser pretensioso — eu encontro uma certa coincidência entre o sonho que o PT anuncia e os meus sonhos nos meus livros. "Pedagogia do Oprimido" eu acho que tem muito a ver com o sonho do PT.

**JE —** Ao chegar ao Brasil, do exílio, o sr. preferiu não abordar certas questões dizendo sentir necessidade de antes reaprender o seu país. Como se sente hoje? O sr. já se sente em condições de agora falar das questões?

**PAULO FREIRE —** Eu confesso, nisto eu também sou muito rigoroso. Evidentemente, desta vez eu já comecei a falar um pouco mais. Eu tive chance de ouvir o povo na periferia de São Paulo. Então, o processo de aprendizagem de que eu te falava no ano passado começou a se dar mais fortemente agora do que no ano passado. Porque no ano passado passei um mês, primeiro sob o impacto emocional de uma volta, segundo dividindo esse mês entre

ção, em Unidades e por número: Unidade Primeira, Unidade Segunda, etc. Eu faço parte da Terceira Unidade, meu setor. Essas Unidades, então, têm



sub-unidades que se dividem em função de certos temas e de certas práticas. Então você vai encontrar, por exemplo, Unidades com sub-unidades que tratam, por exemplo, do problema de fé e sociedade, a sub-unidade que trata do combate ao racismo... Isto é que eu acho formidável no Conselho Mundial de Igrejas: em sendo uma

as multinacionais, o papel das multinacionais no mundo, seu poder, etc. Quer dizer que há, então, esta pluralidade de aspectos, o que constitui para mim uma coisa profundamente simpática. Inclusive trabalhei dez anos no Conselho Mundial de Igrejas e me senti sempre muito livre, muito à vontade e nada beato. Quer dizer, não há assim uma pieguice de sacristia, de igreja, há uma preocupação assim muito séria com a vida, com a melhoria da vida. Não se dicotomiza a fé da política. Cientificamente é impossível dicotomizar, mas teoricamente é possível. Quer dizer, você também vê que não é possível separar prática da teoria, no entanto as universidades separam. Evidentemente eu não tenho autoridade para falar em nome do Conselho Mundial de Igrejas, mas estou salientando o acerto nesta postura do Conselho. Estou falando isto aqui em meu nome pessoal. Eu assumo a responsabilidade da minha leitura diante do Conselho Mundial de Igrejas. Não posso dizer que represento o Conselho

**JE —** Pelo que se nota hoje há uma diferença básica na ação voltada à educação popular. No passado, pensava-se numa dimensão nacional; hoje pensa-se na ação local. A ideia do alcance da ação é nacional mas a prática é local. O sr. concorda com isto?

**PAULO FREIRE —** Você diz o conteúdo das ações, por exemplo?

**JE —** Sim.

**PAULO FREIRE —** Sim, estou totalmente de acordo com isto. O problema que para mim se colocaria seria o seguinte: a prática centrada em temas e em problemas locais, porém com uma visão nacional destes problemas. Quer dizer, ao mesmo tempo que tu discutias, por exemplo, com uma população periférica em Campinas, teu ponto de partida é problemática daquela população, não da população de São Paulo. Mas, ao mesmo tempo que tu estivesse com a população, estudando, refletindo e buscando soluções para problemas locais tu estarias buscando a dimensão nacional, estadual, regional desses problemas. Mas o ponto de partida é o local, como o ponto de partida é o hoje. Eu te diria: o ponto de partida é o aqui e o agora. É a partir de aqui e agora que tu ganhas a generalização no tempo e no espaço.

## *"Tive tempo de pensar, ver, e começo a aprender muito"*

quatro lugares do Brasil: São Paulo, Rio, Campos e Recife. Foi muito impacto, mas agora, um mês todo em São Paulo, maciamente quase, sem anúncios de que eu estava aqui, etc... Então eu tive mais tempo de pensar, de ver e de ouvir. E começo a aprender muito. Depois que eu chegar aqui, de vez, vou poder fazer as perguntas que você tem.

**JE —** O que é o Conselho Mundial de Igrejas e qual o seu trabalho lá?

**PAULO FREIRE —** Faz dez anos que eu trabalho lá e não sou capaz de responder bem. Diria que o Conselho, como o próprio nome diz, é um Conselho ecumênico, que congrega uma grande quantidade de Igrejas do mundo todo. Tem sua sede em Genebra, é mantido pelas Igrejas, com mais ênfase para as Igrejas dos países mais ricos — as Igrejas alemãs, norte-americanas, sem esconder outras. Mas esta parte de administração eu também não entendo. O importante é dizer que as Igrejas mantêm o Conselho. O Conselho se divide, do ponto de vista da administra-

organização da Igreja e ecumênica — não sei se com o que eu vou dizer agora vou chocar algumas pessoas do próprio Conselho — mas eu diria que o Conselho não faz a separação impossível no meu entender, entre mundaneidade e transcendentalidade, entre história e meta-história. O que significa que o Conselho ao mesmo tempo se preocupa com o problema da fé e com o problema do ra-

## *"O ponto de partida é o aqui e o agora"*

cismo. Ao mesmo tempo que ele se preocupa com o problema do apostolado, ele se preocupa, por exemplo, com o problema da educação de adultos, não no campo específico da Igreja. Eu, por exemplo, assessoriei até agora a governos como estes governos de antigas colônias portuguesas. Se preocupa, por exemplo, com o problema do desenvolvimento, o que significa o desenvolvimento. Há um setor, lá, este inclusive orientado por um jovem economista brasileiro e que estuda

# Constituindo grupo para o estudo da educação popular

Está se constituindo no Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) um grupo de estudos sobre Educação Popular, aproveitando-se o amplo conhecimento e a experiência de vários educadores ligados a essa área de atuação. Esse grupo de estudos visa a oferecer a quem tem experiência de educação popular a possibilidade de refletir essa experiência e comunicá-la a outros.

Numa primeira reunião, realizada dia 24 último no CEDES e na Faculdade de Educação da Unicamp, foram debatidos os pontos sobre os quais o grupo iniciará suas atividades.

Esses pontos abrangem o contato com grupos locais (Campinas) que têm atividades nessa área (a cargo de Sílvia Maria Manfredi); o estudo de currículo e conteúdo

programático de formação sindical (a cargo de Maurício Tragtenberg); a formação de núcleo de estudantes de pós-graduação em Educação para a investigação de temas que possibilitem o estudo aprofundado de pontos particulares da história da educação popular no Brasil (a cargo de Moacir Gadotti); o estabelecimento de contatos com entidades como o CEDI, NOVA, IDAC, etc., para um trabalho de mútua troca de experiência e assessoria (a cargo de Carlos Rodrigues Brandão); o estudo de experiência da "cidade como sistema de educação permanente" (a cargo de Roberto César Covian).

Foi ainda mencionada a contribuição de Casemiro dos Reis Filho sobre a memória pedagógica nacional e Rubem Alves sobre linguagem e educação popular.

## CORTÉZ Editora e Livraria

Apesar de tudo, mas com o apoio de todos, continuamos no mercado livreiro/editorial.

A CORTÉZ EDITORA E LIVRARIA comunica a seus velhos e novos amigos que já está atendendo em suas novas instalações.

Os lançamentos editoriais deste início de ano são os seguintes:

AMMANN, Safira Bezerra — Ideologia e Desenvolvimento de Comunidade no Brasil.

CERQUEIRA, Gelba Cavalcanti — Modelos Teóricos do Serviço Social de Grupo: Adaptação ou Transformação?

LOPES, Josefa Batista — Objeto e Especificidade no Serviço Social: Pensamento Latino-Americano.

LIMA, Sandra Amêndola Barbosa — A Participação Social no Cotidiano.

BARBOSA, Mário da Costa — Planejamento e Serviço Social.

FALEIROS, Vicente de Paula — A Política Social do Estado Capitalista: As Funções da Previdência e da Assistência Sociais.

MIGUEL, Walderez Loureiro — O Serviço Social e a "Promoção do Homem": Um estudo de ideologia.

GRUPO META — Serviço Social na Empresa: Utopia ou Realidade?

CAPARELLI, Sérgio — Comunicação de Massa sem Massa.

SANTAELLA BRAGA, Mária Lúcia — Produção de Linguagem e Ideologia.

AMATUZZI, Mauro Martins — Crescimento e Ajuda: Veredas em Psicologia.

HOLANDA LEITE, Armando Roberto — Dos Fatos e Atos Jurídicos.

REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE Nº 5

REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SO-

CIEDADE Nº 2

CADERNOS PUC (co-edição EDUC Nº 1 — Filosofia Nº 2 — Ciências Sociais / Nº 3 — Educação / Nº 4 — Psicologia Nº 5 — Linguística

Agora estes lançamentos estamos co-editando com a EDITORA AUTORES ASSOCIADOS a COLEÇÃO EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA.

CORTÉZ EDITORA E LIVRARIA LTDA.

Rua Ministro Godoy, 1.113  
05015 — São Paulo — SP

quase esquina com a rua Bartira

TEL. (011) 864-6783

DE SEGUNDA A SÁBADO —  
DAS 7:00 ÀS 23:00 HORAS.

# Educação: mais uma vez o governo quer lavar as mãos

Lídia Maria Rodrigo

Os discursos oficiais sobre a educação não se cansam de fazer a apologia da chamada democratização do ensino superior nos últimos anos, referindo-se à sua expansão em termos quantitativos.

Esse fato é incontestável e se deu a partir do final da década de 60 quando a classe média, vendo no diploma universitário uma promessa de ascensão social, começa a fazer pressão sobre a universidade exigindo mais vagas. Embora se houvesse tentado diminuir a pressão sobre a universidade com a reforma do ensino de 1.º e 2.º graus, conferindo ao secundário um caráter de terminalidade, essa política de contenção não obteve sucesso. Por outro lado, tornava-se necessário atender à clientela que buscava a universidade já que sua insatisfação poderia se traduzir em fatos perturbadores da ordem social.

O que fazer? O Estado lavou as mãos e buscou uma fórmula através da qual fosse possível atender às pressões sociais, ampliando o ensino de 3.º grau, sem que ele mesmo se visse obrigado a investir mais na educação. A solução foi estimular e facilitar o investimento privado na educação superior.

Assim, a expansão do ensino de nível universitário não foi, como assinala Barbara Freitag, consequência de uma política educacional democratizante do Estado, mas, ao contrário, resultado da incapacidade do governo de resolver a crise universitária, não conseguindo conter a pressão sobre a universidade nem ampliar suficientemente o número de vagas na rede oficial.

A falta de planejamento em relação ao crescimento do ensino superior gerou sérios problemas com os quais nos debatemos hoje. Houve, para citar um exemplo, uma saturação do mercado de trabalho, especialmente em certas áreas, já que a abertura de novos cursos de nível superior se fez aleatoriamente, ao sabor dos interesses das empresas privadas de ensino.

Além disso, o desenvolvimento caótico do ensino de 3.º grau foi responsável pelo aparecimento de outras contradições no setor educacional. Para nos fixarmos em uma delas, cujo debate se encontra na ordem do dia, basta mencionar o fato de que boa parte da clientela das universidades oficiais (gratuitas) é composta de estudantes de bom nível sócio-econômico, enquanto que os alunos economicamente mais carentes se encontram, em grande número, nas escolas particulares (que são pagas).

Chegamos a essa situação justamente porque o Estado, ao decidir pela não ampliação significativa da rede oficial do ensino de 3.º grau, fez com que as poucas vagas existentes diante do grande número de candidatos, se tornassem objeto de grande disputa.

Os poucos privilegiados que conseguem passar pela rigorosa seleção dos vestibulares da Fuvest e que terão um lugar nas universidades oficiais são, é óbvio, aqueles que estão melhor preparados, isto é, aqueles que podem cursar um segundo grau de "bom nível", mesmo que seja pago, que podem frequentar os melhores cursinhos vestibulares mesmo que sejam os mais dispendiosos, os que têm bastante tempo disponível para estudar e que, portanto, não precisam trabalhar para sobreviver; enfim, os que podem complementar sua formação cultural frequentando teatros, ci-

nemas, ter acesso à literatura, revistas, jornais, etc. e, é claro, como pressuposto de tudo isso, aqueles que são bem nutridos. É evidente, portanto, que o privilégio de frequentar as melhores universidades do país, as oficiais, cabe, em geral, àqueles que já são privilegiados socialmente.

O que resta à grande maioria dos estudantes que não conseguem uma vaga nas universidades oficiais? Procurar uma universidade particular e de preferência um curso noturno para que possam trabalhar durante o dia e arcar com o custo bastante elevado das anuidades escolares.

Quando chega o momento de disputar um lugar no mercado de trabalho os profissionais formados pelas escolas particulares, mais uma vez, ficam em situação de desvantagem perante os diplomados pelas instituições oficiais. Isto porque a expansão do ensino superior através do investimento de particulares se fez às custas de uma deterioração das condições infraestruturais das escolas, dos salários dos professores e, consequentemente, da qualidade de ensino.

O problema é que, ao sair da universidade o indivíduo deve disputar um novo vestibular — o vestibular do emprego — o qual, por sua vez, virá na maioria dos casos, apenas confirmar o privilégio daqueles que já entram na escola numa situação privilegiada socialmente. As escolas particulares ao diplomarem todos os anos um grande número de profissionais, contribuem para aumentar substancialmente o contingente de pessoas qualificadas mas não empregadas, pois o mercado é incapaz de absorver toda essa quantidade de mão de obra. A disputa por uma vaga no mercado de trabalho torna-se mais acirrada e aqueles que são preteridos em relação aos melhores lugares se vêem às vezes, obrigados, em desespero de causa, a aceitar qualquer emprego e qualquer remuneração, provocando com isso um aviltamento ainda maior dos salários.

Agora o Estado parece extremamente preocupado com a contradição: universidade paga para os pobres versus universidade gratuita para os ricos. Vale ressaltar que essa preocupação não tem se manifestado na direção dos fatos apontados acima: parece que o governo está mais preocupado com quem não paga a universidade do que com a situação de quem paga, quando esta última é que é realmente problemática.

De qualquer modo, o que fazer para resolver essa contradição? Mais uma vez o Estado quer lavar as mãos e deixar tudo à iniciativa privada.

Sem dúvida, seria ingenuidade supor que o ensino público e gratuito significaria igualdade de oportunidade. A escola não tem o dom de apagar desigualdades sociais, ela apenas as reproduz, como foi visto.

Entretanto nos parece que, ao transferir de uma vez o ensino de 3.º grau para as mãos de particulares, a escola mais do que reproduzir desigualdades sociais estará colaborando para que a sociedade se torne ainda mais elitista.

De resto, não é preciso especular muito para saber qual seria o destino da educação superior nas mãos da iniciativa privada. Basta verificar no que se transformaram as universidades particulares nos últimos anos.

# Educação numa sociedade violenta

Angel Pino

O país assiste atônito à instalação duma espécie de cruzada nacional contra a violência que sacode a sociedade brasileira. Quase diariamente, a opinião pública é acordada com uma avalanche de ocorrências violentas, seguidas frequentemente de propostas de novas medidas repressivas, que deixam a população cada vez mais ansiosa e revoltada. O efeito dessa espécie de rearmamento dos espíritos contra formas seletivas de violências, as diretamente ligadas com a criminalidade convencional, é o aumento da escalada da violência, como o provam os linchamentos e os "quebra-quebra", agora legitimada pelo direito da legítima defesa.

Mantida durante anos e anos no mutismo e na inanição política por um sistema de segurança fundado no pressuposto dum estado permanente de subversão, a população se vê jogada de repente contra delinquentes comuns, cuja origem social explica o fervor da contra-violência, no intuito aparente de provocar uma "catarsis social" capaz de reduzir as tensões provocadas pelos traumatismos da repressão.

Tem-se a impressão que o esquema publicitário tenta mostrar que a violência atual é um fenómeno novo, insólito e sem precedentes na história nacional, tentando-se manter o mito da índole pacífica e tolerante do povo brasileiro, o que torna mais odiosas as ações violentas da delinquência comum. Assim sendo, a identificação da violência com a delinquência praticada por minorias oriundas das classes trabalhadoras de baixa renda, permite localizar nestas classes os focos geradores de intranquilidade social e de desestabilização do sistema.

Atingem-se assim vários objetivos que respondem aos interesses das classes dominantes. Primeiro, reativando a crença na índole pacífica e respeitosa da lei do povo brasileiro, impulsiona-se a consciência popular para enfrentar estoicamente as privações e a marginalização que o sistema impõe às classes populares e cujas raízes tenta-se situar fora do sistema. Segundo, afirmando-se o princípio de que a violência não faz parte da história e das tradições nacionais, retira-se qualquer suspeita sobre o caráter violento e anti-social das estruturas e das instituições que definem a sociedade brasileira, tornando o sistema perfeitamente compatível com a maneira de ser do brasileiro. É comum, nos discursos ilustrados de certos analistas sociais, traçar perfis definidores da personalidade específica dos diversos grupos nacionais a partir de comportamentos decorrentes exclusivamente de condições históricas de existência impostas pelo próprio sistema. Terceiro,

faz-se recair toda a responsabilidade da violência que sacode e perturba a vida social sobre as características de certos grupos ou classes sociais, especialmente os integrantes das populações periféricas dos centros urbanos, incapazes de integrar-se nas condições impostas pela vida urbano-industrial.

Cria-se, intencionalmente, uma relação de necessidade causal entre violência e populações de baixa renda que, além de deformar a imagem própria da classe trabalhadora impedindo o processo de sua integração, permite desviar a atenção das formas graves de violência praticadas impunemente nos bastidores das instituições nacionais. Se existe uma violência delinquencial nascida da miséria das massas, marginalizadas pelo sistema social, fundada paradoxalmente nos objetivos culturais que o próprio sistema sustenta (prestígio, poder, dinheiro e existência confortável), existe um estado de violência permanente que, contradizendo as ideologias da ordem social, atravessa a história nacional desde a época colonial. E esse estado de violência institucional, manifesto em todas as instâncias da vida nacional (no sistema económico, na vida social, na organização política, nas ideologias religiosas, na própria visão cultural imposta pelas teorias oficiais), que é o responsável de toda e qualquer forma de explosão de violência que possa ocorrer na sociedade em geral, e especificamente nas classes populares.

E a Educação, onde fica em tudo isso?

Como instituição, ela participa do caráter violento do sistema social. Pois cabe a ela reprodutir uma imagem anti-histórica da realidade nacional, reproduzir as divisões e as desigualdades de classes, expressão e fonte ao mesmo tempo das formas fundamentais de violência, e produzir sistemas teóricos explicativos da realidade social negadores da existência da violência institucional.

Enquanto praxis pedagógica que descobre a consciência das contradições em que a Educação está envolvida como instituição social, a Educação pode tornar-se um instrumento poderoso na inversão do processo de violência que domina o cenário nacional. É preciso, para isso, que ela devolva o caráter histórico, a verdade histórica, à realidade nacional; que ela se democratize realmente, no duplo sentido de ser uma educação para todos e que reflita a realidade de todos; e, finalmente, que ela forneça explicações não deformadoras da violência, mostrando, ao mesmo tempo, as alternativas que se abrem ao país para superar o problema da violência atual.

Teses

# "Medicina, Saúde e trabalho"

(Tese de Mestrado defendida dia 25 último pela Profa. Cristina de Albuquerque Possas na área de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e C. Humanas da Unicamp; orientador: Prof. Maurício Tragtenberg, da Faculdade de Educação da Unicamp).

O texto analisa a penetração do capitalismo na prática médica e suas implicações sociais. Do ângulo médico, a capitalização de sua prática decorre do desenvolvimento da medicina empresarial, onde o INAMPS funciona como instrumento de repasse de recursos estatais. A medicina empresarial torna o médico um mero assalariado que não tem controle sobre seu trabalho, o ritmo do atendimento, o nível do atendimento, tudo isso é regulado pela lucratividade a que ele deve servir. O médico brasileiro formará o setor dos 'white collars', uma nova classe média que não possui propriedade e vende seu "capital cultural" a quem paga mais.

Do ângulo doente, verifica-se que ele recebe uma atenção médica diferenciada conforme a classe social a que pertença. Assim através da política de convênios as empresas estabelecem diferentes tipos de atenção médica que vão desde a atenção médica mínima ao operário não qualificado, à atenção médica razoável ao operário qualificado até a atenção médica excelente dedicada ao executivo. Isso está ligado também a estrutura de currículos das Escolas de Medicina; essa estrutura de currículo valoriza o aspecto curativo em detrimento de preventivo. Assim, as doenças de massa que ainda matam milhares de brasileiros não recebem a atenção devida. A medicina preventiva não é lucrativa às grandes empresas, às cooperativas médicas

em que o médico é capitalista de si mesmo. Adie-se a omissão do Estado no referente a saúde pública e teremos um retrato sem retoques de S. Paulo de 1980.

Fundamentalmente a medicina é simplesmente uma medicina do trabalho, tratando de repor a mão de obra em posição de rapidamente poder voltar à produção. Daí a política contra os internamentos praticada pelo INPS e a valorização do ambulatório.

A medicina dirige-se na reposição da mão-de-obra e à procura de condições de manter sua produtividade, razão pela qual o mínimo de atenção médica corresponde ao mínimo vital que o operário necessita para reproduzir o capital, isso garantido pela implantação do salário mínimo.

A autora mostra com muita clareza que não se deve confundir saúde com medicina. As condições de saúde dependem basicamente da existência de saneamento básico e uma estrutura de salário que permita a melhora da alimentação do trabalhador. Eis a razão pela qual o período do "arrocho salarial" coincidiu com o aumento da incidência da mortalidade infantil no país, os aumentos salariais implicaram em seu declínio. No entanto, a medicina é requisitada cada vez mais por faltarem as condições mínimas de saneamento básico e a estrutura salarial não corresponde ao aumento do custo de vida. Assim uma cidade como São Paulo possui 20 por cento de esgotos, enquanto Caxias do Sul, segunda cidade industrial do Estado do Rio Grande do Sul, não possui rede alguma de esgoto.

A autora analisa também o sistema brasileiro de Previdência Social antes e depois da unificação sob forma de INAMPS. Analisa sua

evolução das antigas Caixas de Aposentadoria ao atual INAMPS, passando pelo antigo INPS.

O desenvolvimento do capitalismo é acompanhado inevitavelmente da burocratização. A burocratização da atenção médica se dá no atendimento a uma massa trabalhadora e a medicina de massa constitui o mínimo de atenção médica com o intuito, conforme definíamos antes, de colocar a mão-de-obra em condições de voltar a produção no menor tempo possível, em regime de urgência.

Porém, é de acentuar-se a indicação da autora segundo a qual o FUNRURAL, que teoricamente abrange o atendimento às necessidades assistenciais de 40 por cento da população tenha apenas 2% dos recursos do INAMPS a ele destinados.

Em última análise, a luta contra as doenças sociais como a tuberculose, doenças endêmicas, derivadas das más condições de trabalho, depende da possibilidade da mão-de-obra autoorganizar-se e lutar pelo "direito à saúde". A democratização do atendimento médico depende da democratização da sociedade global e do espaço que as camadas subalternas ocupem no espaço social. Caso contrário, continuará essa espécie de genocídio planejado contra o trabalhador, especialmente num país onde a oferta de mão-de-obra supera a procura e é "mais barato" deixar morrer do que tratar o indivíduo. Essa prática malthusiana em relação à mão-de-obra é parte integrante do regime do capital, que, suga o sangue do operário como um vampiro, daí a necessidade, às vezes, do Estado intervir para regular a exploração do trabalho em limites que não levem a mão-de-obra a destruir-se. (Maurício Tragtenberg)

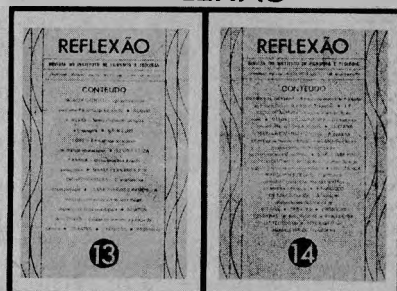
## ASSINE A REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE



ARTIGOS PUBLICADOS  
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE é uma revista do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  
Publicação periódica (semestral) e de acesso aberto. O preço de cada número é de R\$ 10,00 (dez reais) e o preço de cada volume é de R\$ 50,00 (cinquenta reais).  
Assine em: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Caixa Postal 147, Rua Marquês de São Carlos, 119, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 20091-900. Tel: (21) 251-1111. Fax: (21) 251-1112. E-mail: ifcs@ufrj.br

## ASSINE E DIVULGUE A REVISTA DE FILOSOFIA

### REFLEXÃO



REFLEXÃO é uma revista do Instituto de Filosofia da UFRJ, coordenada pelo Editor-Chefe e Editor Assessor.  
Publicação periódica (semestral) e de acesso aberto. O preço de cada número é de R\$ 10,00 (dez reais) e o preço de cada volume é de R\$ 50,00 (cinquenta reais).  
Assine em: Instituto de Filosofia, Caixa Postal 147, Rua Marquês de São Carlos, 119, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 20091-900. Tel: (21) 251-1111. Fax: (21) 251-1112. E-mail: ifcs@ufrj.br

# CFE: monstro ingovernável

A participação do Conselho Federal de Educação na fixação de uma política educacional elitista e autoritária tem sido pouco discutida nos últimos anos. De uma participação relativamente modesta nos destinos da educação brasileira, conforme o preconizado pela lei 4.024/61, o CFE assume progressivamente, a partir de 1.964, o papel de intérprete de uma política educacional contrária ao desen-

volvimento do sistema público de ensino, ora através de concessões duvidosas aos comerciantes do ensino, ora omitindo-se com respeito ao descalabro implantado no ensino de 1.º e 2.º graus, ora silenciando quanto à escalada autoritária.

Nos dias de hoje o Conselho Federal de Educação é um monstro ingovernável. O próprio Ministro da Educação já fez censuras

ao órgão que, hierarquicamente lhe é subordinado. O Conselho Federal de Educação, pelo seu atual regimento interno, assumiu, de "motu proprio", os destinos da educação nacional. A leitura do regimento interno do Conselho Federal de Educação é interessante exercício para se verificar o quanto esse órgão está distanciado dos problemas que deveria estar enfrentando e ajudando a resolver — (Walter Garcia)

## Onde adquirir o Jornal da Educação

### Distribuição e vendas avulsas:

#### SÃO PAULO — CAPITAL

Cortez Editora & Editora Autores Associados  
Rua Ministro de Godoy, 1113 — Tel.: (011) 864-6783  
05015 — São Paulo — SP

#### Representantes:

##### RIO GRANDE DO SUL

Diálogo Distribuidora de Livros e Revistas Ltda  
Rua Garibaldi, 1 258 — Tel.: (051) 221-6642  
90000 — Porto Alegre — RS

##### SANTA CATARINA

Livraria e Distribuidora Catarinense Ltda  
Rua Conselheiro Mafra, 47 — Tels.: (0482) 22-1460 e 22-4652  
88000 — Florianópolis — SC

##### PARANÁ

Aramis Chain — Distribuidora Nova Ordem  
Rua Gal. Carneiro, 415 — Tels.: (041) 222-3599 e 234-3601  
80000 — Curitiba — PR

##### SÃO PAULO — INTERIOR DO ESTADO

Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda.  
Rua Conselheiro Ramalho, 701 — Tels.: (011) 284-3685 e 251-1160  
01325 — São Paulo — SP

##### RIO DE JANEIRO e ESPÍRITO SANTO

Editora Perspectiva S/A  
Rua do Rosário, 144 — 1.º piso — Tel.: (021) 221-4528  
20041 — Rio de Janeiro — RJ

##### MINAS GERAIS

J. M. Gomes  
Rua da Bahia, 1 148 — s. 603 — Tel.: (031) 224-5835  
30000 — Belo Horizonte — MG

##### BRASÍLIA e GOIÁS

Livraria Galilei Ltda.  
SDS, BL-E, loja 11 — Ed. Cine Atlântica — Tel.: (061) 226-9433  
70300 — Brasília — DF

##### BAHIA e SERGIPE

Conhecimento Distribuidora de Livros Ltda.  
Rua Carlos Gomes, 49 — loja — Tel.: (071) 242-0401  
40000 — Salvador — BA

##### RIO GRANDE DO NORTE, ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAIBA, CEARÁ, PIAUÍ e MARANHÃO

Potylivros Distribuidora Ltda.  
Rua Coronel Estevam, 1 420-A — Alecrim — Tel.: (084) 223-3379  
59000 — Natal — RN

##### PARÁ

R. A. Jenkins Comércio e Representações  
Rua Tamoios, 1 592 — Tel.: (091) 222-7286  
66000 — Belém — PA

##### AMAZONAS

Metro Cúbico — Livros e Revistas Técnicas (Liv. Nacional)  
Rua 10 de Julho, 613 — Tel.: (092) 234-3030  
69000 — Manaus — AM

OS DEMAIS ESTADOS E TERRITÓRIOS PODERÃO SER ATENDIDOS PELO NOSSO DISTRIBUIDOR MAIS PRÓXIMO

## JORNAL DA EDUCAÇÃO Questionário de Sondagem

Lançamos agora o Jornal da Educação e pretendemos continuá-lo, incrementando sua qualidade e propondo assuntos que interessam a você... Colabore conosco! Responda a este questionário e entregue-o até ao final da Conferência para um representante do CEDES. Muito obrigado!

- Por ordem de prioridade, enumere quais os assuntos a serem enfatizados pela redação do Jornal.  
a) .....  
b) .....  
c) .....  
d) .....  
e) .....
- Com base na sua disponibilidade de leitura, qual deveria ser a periodicidade do Jornal?  
..... bimestral ..... mensal ..... semanal  
..... trimestral ..... semestral
- Para este jornal chegar às suas mãos, é melhor:  
..... comprá-lo em bancas de jornal?  
..... comprá-lo em livrarias?  
..... fazer assinatura via mala direta?  
Outro: .....
- Faça um "X" sobre o número de horas semanais que você pode dedicar à leitura do Jornal  
1/2 — 1 — 2 — 3 — 4 — 5
- Assinale o local onde você lê jornais  
..... em casa ..... no ônibus  
..... na escola ..... na sala de aula  
Outro: .....
- Você estaria disposto a escrever artigos para este jornal, a título de colaboração?  
..... Não  
..... Sim  
Se "sim", qual(is) assunto(s)? .....
- Concisamente, estabeleça as suas expectativas em relação a este jornal.  
.....  
.....  
Nome: .....  
Rua: ..... n.º ..... Fone: .....  
CEP ..... Cidade ..... Estado .....  
Escreva os nomes e endereços de dois amigos  
Eles receberão um número gratuito do jornal  
Nome: .....  
Rua: ..... n.º .....  
CEP ..... Cidade ..... Estado .....  
Nome: .....  
Rua: ..... n.º .....  
CEP ..... Cidade ..... Estado .....

# O movimento dos secundaristas

Podemos considerar o Movimento Secundarista como um movimento estudantil de juventude. Ele possui uma composição social bastante diversificada, já que o ensino de 1.º e 2.º graus é muito menos elitizado que as universidades, e nele ingressam tanto os filhos de classe média — que em si também é estratificada e desigual — como os filhos do proletariado, os filhos da burguesia e os próprios trabalhadores que estudam. É exatamente esta composição que o liga estreitamente aos trabalhadores no conjunto da sociedade. Sendo assim, recebe influências tanto das lutas sindicais como do movimento estudantil.

Outra característica marcante de nosso movimento, que influi diretamente sobre nossa política, é o rebaixamento do nível de vida dos assalariados em seu conjunto, em consequência do arrocho salarial imposto pelo governo às classes trabalhadoras. Este rebaixamento obriga os jovens na faixa média de escolaridade a se lançarem no mercado-de-trabalho como mais uma fonte de apoio à renda familiar.

Este fator, por si só, estabelece um maior vínculo entre os secundaristas e o movimento sindical. Por isto encontramos uma grande quantidade de jovens secundaristas que trabalham em bancos, comércio, serviços públicos de maneira geral e até mesmo nas fábricas, recebendo salários inferiores e muitas vezes desempenhando as mesmas tarefas que os “adultos”.

Poucos são os privilegiados que se dedicam apenas aos estudos. Estes estão ligados ou à burguesia ou a setores mais abastados da classe média. Portanto, quando o jovem secundaris-

ta é utilizado como mão-de-obra mais barata, choca-se também com as contradições do regime capitalista.

Justamente por serem jovens, os secundaristas ainda não têm arraigados em suas consciências os mecanismos de opressão moral e cultural da classe dominante. Por serem jovens, possuem o anseio da liberdade próprio da juventude, rejeitam todos os esquemas autoritários de poder. E se esbarram com a repressão e com a vigilância no emprego, e com baixíssimos salários — fatores potenciais de radicalização para toda uma faixa da juventude que estuda, mas que também trabalha.

Todos esses problemas que o jovem secundarista brasileiro encontra são características dos países dependentes, coloniais ou semi-coloniais, e bem diferentes das condições existentes nos países imperialistas, onde a juventude possui condições de estudar e somente se joga no mercado de trabalho quando possui definida sua profissão.

É por isto que a radicalização da juventude no Brasil está intrinsicamente ligada à radicalização de todos os trabalhadores. Pode

ela, nestas circunstâncias, mobilizar-se pelas condições geradas pelo capitalismo não só na escola, mas também no trabalho.

Esta pequena vinculação com a escola — que é também um instrumento de opressão — faz com que os jovens procurem outros tipos de atividades e vínculos sociais que os libertem da opressão social e familiar. Assim, proliferam-se os grupos de teatros de jovens em bairros populares, os círculos de amigos de bairro, os grupos da Igreja, etc. E a escola é, para o secundaris-

ta, um instrumento de opressão no qual não existe uma opção de vida ou carreira, como acontece ao universitário. O jovem a frequenta por uma obrigação social ou familiar, na qual está subjacente a idéia de “melhorar de vida” ou atravessar um estágio pelo qual “todos devem passar”.

Outro elemento de propulsão sobre os secundaristas são as formas de dominação ideológica e moral da burguesia. Os jovens, em geral, sentem, sem ainda terem introjetado de forma completa e acabada os mecanismos de sublimação e repressão da cultura e moral burguesas, encontra as camisas de força da estrutura familiar e patriarcal do emprego, do quartel e da escola.

Assim, torna-se necessária ao jovem a libertação destas formas morais, embora esta necessidade ainda não se situe no nível de sua consciência. Pode tornar-se mais importante para os jovens a falta do sexo, a sua proibição, a masturbação, a droga, enfim, canais de liberação — mais do que as próprias condições de ensino.

Nesta etapa de luta de classes no Brasil, a dinâmica e a tendência geral é a de que os jovens secundaristas se unam para dar combate aos problemas materiais que a miséria capitalista engendra, quer no trabalho, quer nas escolas e nos bairros. Neste sentido, nossa política em relação a este setor deve buscar, responder e concretizar um programa que unifique os secundaristas nos locais de maior concentração, fundamentalmente nas escolas, seguidas no trabalho e nos bairros.

# Educação popular,

*horizonte: formação do indivíduo como classe*

"Só há um tipo de educação popular coerente: aquela que tem por horizonte a formação do indivíduo como classe. A educação popular, ou é pensada do ponto de vista do povo, ou do sistema. Não há meio termo. E aquela do ponto de vista do sistema é contra o povo". A afirmação é de Carlos Rodrigues Brandão, professor de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Unicamp e sócio fundador do CEDES.

Para Carlos Brandão, a educação popular é um problema político e não pedagógico. "A única maneira de conciliar um trabalho nessa linha face ao atual sistema, de governo diz ele, se começar a criar espaços de uma prática pedagógica que possa ser assumida pelas classes populares e se colocar a serviço disso. O lugar político da classe tem caráter local; querer fazer algo nacional é destruir; a idéia, sim, é nacional, mas o trabalho é local".

## Idéias de educação popular

Para Carlos Brandão, quando se fala em educação popular, a primeira idéia comumente que surge é a de uma educação que se opõe ao que se chama de educação formal, como por exemplo o supletivo. A educação popular também é vista como dirigida ao adulto, em oposição à educação para a criança. Daí o termo surgido "educação de adultos", baseado na idéia de alfabetização funcional. A partir daí aparece outra designação: "educação permanente", como projeto pedagógico que acompanha a pessoa durante a vida toda.

"Há outra idéia sobre educação popular", diz Carlos Brandão, "que é a de uma educação escolar associada à oficial, oferecida pelo Estado, ou sob controle do Estado. Por outro lado, a educação popular atravessa o sentido de Estado, no caso, por exemplo, da Unesco, que considera a educação universal como educação fundamental. Porém, a educação popular escapa em duas direções: transnacional (Unesco) e, opostamente, ao nível da sociedade civil".

Há então, hoje, na visão do antropólogo, direções antagônicas quanto a educação popular: a do Estado, compreendendo, por exemplo, o Projeto Minerva, o Supletivo, o Mobral, o Pipmo — Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra —, as associações e agências diversas. Há outra direção seguida pelo Estado, pela Igreja, sindicatos, cujo trabalho é hoje diferente do que se fez no passado. É, por exemplo, o trabalho de comunidades de base.

Porém, quando se começou a falar em educação popular, no século passado, a idéia era a



democratização da educação, no sentido da popularização da educação. Uma educação a qual o Estado não tinha compromisso. Depois que esta foi conquistada, com a escola pública é que vieram aquelas idéias.

"O que separa essas diferenças de concepção", afirma Carlos Brandão, "é o projeto político subjacente ao programa educacional".

## Três projetos antagônicos

A educação popular no Brasil aparece hoje sob três projetos políticos diferentes e antagônicos.

No primeiro caso, o do Estado (Mobral, Minerva, etc.), o projeto político é o do sistema que atua em defesa do Estado autoritário. Isto se vê, segundo Carlos Brandão, através das mensagens, que são dirigidas ao indivíduo, para que este passe pelos programas que irão aperfeiçoá-lo, "que vão aperfeiçoar a pessoa".

"A sociedade o Estado protege, o Estado é bom, o indivíduo é que precisa de melhoria, o indivíduo é que precisa ser modificado, a sociedade. Esta, a concepção deste projeto". "São projetos a que chamo "educação do sistema", o cidadão manso e o operário produtivo" diz o antropólogo.

No segundo caso, nota-se uma linha histórica, em que a educação é dirigida aos valores da comunidade, ao desenvolvimento da comunidade. São os projetos da Unesco, também do Governo, etc. Na opinião de Carlos Brandão, este projeto resulta numa educação que reproduz disfarçadamente a ideologia dominante.

O terceiro tipo de projeto político para a educação popular é aquele desenvolvido por grupos mais avançados da Igreja e de setores da sociedade civil. Neste não entra o Estado. Neste, os programas se destinam a formar o militante de classe, pensando-se o indivíduo como classe.